

# De caixeiro a barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista\*

## *From shop assistant to Baron: the trajectory of a Portuguese shopkeeper in 19<sup>th</sup> Century Rio de Janeiro*

Ana Pessoa

Doutora em Comunicação e Cultura, arquiteta,  
pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa.

### RESUMO:

Esboço biográfico do comerciante português Bernardo Casimiro de Freitas, retratando sua trajetória de jovem caixeiro a capitalista na Corte imperial, como contribuição ao estudo das elites comerciais e à contextualização da propriedade que hoje abriga o Museu Casa de Rui Barbosa, conjunto protegido pelo Iphan.

**Palavras-chave:** colônia portuguesa; expansão urbana; Rio de Janeiro imperial

### SUMMARY:

*A biographical sketch of the Portuguese shopkeeper Bernardo Casimiro de Freitas, describing his trajectory from young shop assistant to merchant trader in the Imperial Court, as a contribution to the study of the merchant elite and the contextualisation of the property that currently houses the Casa de Rui Barbosa Museum – preserved by the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN).*

**Key words:** portuguese colony; urban expansion; imperial Rio de Janeiro

\* Este artigo contou com a colaboração das bolsistas de Iniciação Científica Gabriela Miranda e Priscila Santos, do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB.

Foi no fim de 1849, no 2º. Ofício de Notas, que Bernardo Casimiro de Freitas assinou, com caligrafia bem desenhada, a escritura de compra de benfeitorias de terreno situado no número 66 da rua São Clemente, na freguesia de São João Batista da Lagoa. A transação, no valor de sete contos de réis, se deu com o comerciante José Fortunato da Cunha. Por desígnios do destino ou, quem sabe, calculada coincidência, o documento foi lavrado a 22 de novembro, dia de Santa Cecília, quando Bernardo completava 36 anos.

Principal centro político e econômico do Império, o Rio de Janeiro presenciara um intenso crescimento populacional ao longo dessa quadra do século e já contava, segundo recenseamento de 1849, com 205.906 habitantes, dos quais 30% eram escravos. Com esse crescimento, as camadas mais abastadas da população tendem a deixar as freguesias centrais para atividades profissionais e instalarem-se nas novas áreas residenciais surgidas dos loteamentos nos arrabaldes da cidade.

A freguesia da Lagoa, já servida de linha de *omnibus* e barcas a vapor, ganharia um grande número de novos moradores, atraídos pelos loteamentos de áreas agrícolas, nas cercanias da enseada de Botafogo, ladeada por antigas chácaras de recreio, sob as vistas do Pão de Açúcar e emoldurados pelo Corcovado.

Este artigo contextualiza a implantação dessa propriedade da rua São Clemente, que abriga hoje o Museu Casa de Rui Barbosa, apresentando a trajetória social e econômica do comerciante português Bernardo Casimiro de Freitas.

## A partida

Bernardo Casimiro de Freitas nasceu em 1813, oitavo dos nove filhos de Casimiro de Vilar e de Ana Casimiro de Freitas, na freguesia de S. Nicolau, zona ribeirinha e medieval da cidade do Porto(1). A cidade era o principal ponto de recrutamento e embarque de jovens caixeiros do Norte de Portugal, onde predominava uma “cultura da emigração”. Essa corrente emigratória era embalada na promessa de um futuro melhor além-mar, e na crença moral de que o trabalho árduo e a ausência seriam recompensados com o sucesso econômico dele e dos seus, recobrando a partida de afeto e compromisso familiar. Segundo o costume, Bernardo deve ter partido antes dos 14 anos, para fugir ao recrutamento militar; provavelmente sabendo ler, escrever e contar e, certamente, apoiado nos elos entre os negociantes do Porto e do Rio de Janeiro, que envolviam não só relações creditícias, como também familiares e regionais.

Acolhidos por parentes ou conterrâneos, os jovens caixeiros como ele recebiam casa, alimentação e os ensinamentos rudimentares da atividade comercial, em troca de uma jornada extenuante, sem folga na semana, e de submissão e respeito filiais, e assim se engajavam na carreira do comércio.

A atividade comercial envolvia larga parcela da sociedade da Corte e se organizava segundo um variado escalonamento entre varejistas e atacadistas, envolvendo homens

livres e escravos. Os varejistas e os proprietários de casas de pasto eram quase todos portugueses, que atuavam também no comércio em grosso, onde se destacavam os ingleses, enquanto franceses e italianos dominavam os hotéis, restaurantes e confeitarias, dividindo os ingleses e alemães o domínio das indústrias técnicas (BELTRÃO, 1935, p. 30).

Os negociantes de grosso, ou homens de negócios, movimentavam grandes somas, mantinham escrita mercantil organizada por caixeiros e guarda-livros habilitados pelas aulas de comércio, e eram matriculados na Junta de Comércio, cujo ingresso exigia “ter reputação ilibada e comprovar uma reserva financeira capaz de garantir seus clientes contra os riscos dos negócios” (CALDEIRA, 1995, p. 70).

Os homens de negócios portugueses vinham de prestigiosa linhagem, cuja tradição remontava ao período pombalino, quando foram importantes agentes econômicos e políticos. Na segunda metade do século XVIII, o domínio português do tráfico no Atlântico Sul permitiu que os comissários instalados na Colônia ampliassem o espectro de sua atuação a diversos segmentos: no grande comércio, no financiamento e fornecimento da mão de obra escrava e na aquisição de propriedades imóveis, urbanas e rurais. Durante a permanência da Corte no Rio de Janeiro, ampliaram seus negócios e vivenciaram um período de conquista de riqueza, títulos e prestígio, quando estabeleceram alianças, através de casamentos com membros da nobreza, da administração e proprietários de terras e escravos. Participaram do movimento da Independência, apoiaram o imperador, mas afastaram-se do centro de poder quando foram prejudicados pelos acordos comerciais firmados com as nações que haviam reconhecido a Independência.

A predominância portuguesa no comércio das principais cidades brasileiras e a preferência dada aos patrícios na ocupação dos postos do comércio, uma das poucas funções possíveis para os homens livres, provocava profundo ressentimento dos brasileiros, gerando grandes conflitos e um sentimento de antilusitanismo que recrudesceria de tempos em tempos, até mesmo na República (MARTINHO, 1993, p. 117). Como jovem caixeiro, Bernardo possivelmente presenciara, em março de 1831, os dias de violência nas ruas da freguesia da Candelária, episódio conhecido como “Noite das Garrafadas”, entre portugueses adeptos de D. Pedro I e brasileiros liberais, franca demonstração desse antagonismo. Essa oposição se estenderia também à imagem do caixeiro na literatura e no teatro da época, onde ele seria quase sempre apontado como ambicioso, arrogante com seus subordinados, adulator em relação ao patrão e pouco honesto nos negócios(2).

A ascensão na carreira era galgada pela dedicação e habilidade no comércio, chefiados pelos primeiros caixeiros e guarda-livros, que poderiam vir a fazer sociedade ou a participar das atividades de seus patrões. Ainda que se reunissem em associações de apoio mútuo e sociedades beneficentes para defesa de seus interesses, não deixavam de estar ligados aos patrões, cujos valores adotavam, e de nutrir a expectativa de ter o seu próprio negócio e serem seus próprios patrões. Essa mobilidade social estabeleceu uma ética própria do

pequeno comércio: “o trabalho árduo e diário, uma vida simples e de economias podem ser recompensados com a ascensão econômica e social” (MARTINHO, 1993, p. 60).

## O jovem comerciante na *cidadela* portuguesa

Os portugueses se concentravam na freguesia da Candelária, conhecida como a “cidadela portuguesa” (RIBEIRO. 2002, p. 177), uma das áreas mais antigas da cidade. Com a Independência, haviam sido reforçados os laços identitários da Colônia lusitana, agora não mais formada por colonizadores mas por emigrantes. O espírito associativo e de representação política eram mantidos vivos por meio da atuação nas ordens terceiras e irmandades e nas associações culturais e beneficentes, como o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1837, que daria ensejo à criação da Sociedade Portuguesa de Beneficência, ou Beneficência Portuguesa, em 1840.

A Candelária, com ruas estreitas e casario em grande parte erguido no século XVII, era o centro político e comercial da Corte, formado pelo Paço Imperial, casa de despachos do soberano, o cais Pharoux, principal ponto de desembarque de passageiros e de cargas, e grande número de estabelecimentos de comércio varejista e atacadista. Na região estavam também importantes edifícios e serviços públicos relacionados ao comércio, como a Alfândega e suas docas e o Mercado da Praia do Peixe, construído entre 1835 e 1841, a partir de projeto com linhas neoclássicas de Grandjean de Montigny, em substituição a velhas barracas de madeira.

A freguesia abrigava várias e as mais prestigiadas igrejas da cidade, como a matriz, erguida por ricos comerciantes portugueses dedicada a Nossa Senhora da Candelária, e a igreja do Carmo, onde foram celebradas coroações, casamentos e batizados da família real. As principais artérias da freguesia eram as ruas Direita e do Ouvidor. A rua Direita era ocupada por atividades comerciais e o embarque e desembarque de mercadorias, por isso intensamente cortada por grupos de escravos carregando pesados fardos retirados da Alfândega. Nela encontravam-se os mais bem-sucedidos estabelecimentos de varejo e de grosso, a sede da associação comercial, a segunda Praça do Comércio, instalada em 1834, e alguns dos sobrados de três e quatro andares, que haviam se constituído no início do século, lugar de habitação dos negociantes abastados. A rua do Ouvidor, por sua vez, era a principal via de comércio, com início junto ao mercado, onde estavam instalados os malcheirosos armazéns de carne-seca e toucinho e lojas de adelos; contudo, a partir do seu cruzamento com a rua Direita, tomava ares fidalgos com a predominância do fino comércio da moda voltado para homens e mulheres, lojas de fazendas e objetos de moda, perfumarias, modistas, cabeleireiros (MACEDO, 1988).

A atividade comercial se entremeava com a residencial, já que a população buscava morar próximo ao local de trabalho, segundo distâncias que pudessem ser vencidas a pé ou com os parcos meios de transporte da época, para evitar difíceis e custosos deslocamentos.

A habitação usual na freguesia eram as casas de sobrado, contínuas e estreitas, de pedra e cal, com uma porta de cocheira e outra normal. O sobrado tinha “três janelas com sacadas, tudo de cantaria, grades de ferro e uma porta com vidraça na janela do meio” (SILVA, 1978), com o térreo normalmente utilizado para lojas, servindo os pavimentos superiores como residências. As inovações arquitetônicas se restringiam à substituição das aberturas acanhadas por platibandas e pelo uso do arco pleno como verga para as aberturas, ventilando melhor os ambientes; à aplicação de azulejos e caiações vistosas nas fachadas, e ao uso de largos beirais (LATIF, 1965, p. 149).

Os comerciantes mais abonados dispunham de casas de campo em chácaras nos arredores da cidade, seguindo o modelo praticado desde o início do século pela aristocracia e comerciantes estrangeiros, onde seriam cultivadas as tradições lusitanas, segundo Denis (1980). Para o francês, a chácara seria “o asilo do proprietário abastado” onde podia desfrutar de hábitos já abandonados na cidade, “é ali que se encontram móveis que datam da conquista e usos anteriores, que trazem à memória o século XVI” (DENIS, 1980, p. 135). Ainda sobre as moradias da elite, ele observa, sem esconder o sentimento de superioridade da civilização francesa, que “nossa arquitetura já se manifesta nos aprazíveis arredores do Rio de Janeiro” onde se pode observar elegantes vilas que, ao mesmo tempo em que guardam os estilos portugueses, já expressam “os costumes do luxo e afetação introduzidos pelos estrangeiros” (DENIS, 1980, p. 135).

Os caixeiros, de modo geral, residiam como agregados na casa dos patrões, ou mesmo nas lojas, sob severo controle. Havia, porém, nas raras horas livres, a promoção de divertimentos juvenis, como “patuscadas” aos domingos no Jardim Botânico, nos Canos da Carioca e nas Paineiras, ou bailes mascarados, como reclama a dona da taverna da peça de Martins Pena (PENA, 1845).

Considerando-se o grande contingente de jovens caixeiros estabelecidos na Candelária, é provável que, em seus breves momentos de lazer, tenham estabelecido relações de camaradagem que se desdobrariam na maturidade, quando homens de negócio, como ocorreria entre Bernardo e seu coevo Irineu Evangelista, o futuro barão de Mauá.

Em uma sociedade centrada na família e suas redes de solidariedade e ajuda mútua, o casamento de Bernardo, aos 22 anos, é uma iniciativa decisiva para seus planos de ascensão. A 28 de novembro de 1835, ele se une a Elídia Maria Cândida, com 17 anos, sexta filha de extensa família, e ganha o apoio e proteção do capitão de milícias reformado e comerciante, José Borges Monteiro, nascido no Porto, residente no estreito Beco das Cancelas. A origem do noivo, fator de prestígio em meio à Colônia, certamente agradava o sogro portuense ao reforçar os laços da família com a terra de origem, bem como sua devoção católica e sua ambição nos negócios devem ter sido fatores que favoreceram o enlace conjugal.

Mais do que o dote da noiva, certamente que modesto, a união possibilitava ao jovem caixeiro o benefício de articulações indispensáveis para que viesse a estabelecer seu próprio

negócio no ramo de tecidos, a exemplo de seu cunhado José, que se dedicaria ao ramo de roupas feitas. Isso porque era usual que o novo comerciante principiasse tomando por consignação peças a atacadistas da praça da Corte ou até mesmo em Portugal, o que exigia sólidas referências e credibilidade. Três anos depois, a 28 de abril de 1838, as famílias reforçariam seus laços, com o casamento de Antônio, irmão caçula de Bernardo, com Carlota, irmã de Elídia.

O prestígio social dos Borges Monteiro, porém, extrapolaria o meio comercial, com a bem-sucedida carreira do filho mais velho, Cândido que, em 1834, formara-se em Medicina. Como profissional reconhecido, Cândido Borges Monteiro conquistaria a amizade e a confiança pessoal do imperador, tornando-se o médico da família imperial; ocuparia também vários cargos legislativos e postos executivos, e, por seus serviços, seria agraciado, em 1857, com o título de barão e, em 1872, com o de visconde de Itaúnas.

Não foi possível apurar onde o jovem casal Bernardo e Elídia fixou residência, se junto aos Borges Monteiros, ou em morada própria. Contudo, seus três filhos foram batizados na igreja da N. S. Candelária, e tiveram como padrinhos integrantes do círculo familiar. José, o primogênito, nascido em 18 de novembro 1839, recebeu o nome do avô materno, por quem seria batizado em janeiro de 1840; o menino morreria ainda na infância, com pouco mais de 8 anos, em 1848. Carolina Maria, nascida em 16 de fevereiro de 1841, foi batizada em agosto do mesmo ano pelos tios José Borges Monteiro Jr. e Carlota Casemiro de Freitas, e Elídia, nascida a 26 de março de 1842, foi batizada a 23 de julho de 1842 pelo tio Dr. Cândido Borges Monteiro e esposa. O núcleo familiar se completaria com a chegada de duas irmãs, Maria e Capitolina(3), sendo que a última se casaria, em 1848, com o sócio de Bernardo, Antônio Lira da Silva.

O cotidiano é preenchido por festas religiosas, com ladainhas, novenas e procissões dedicadas a santos, além de domingos, dias do padroeiro da cidade, e dos muitos feriados civis. A vida social se desenvolve em torno de ordens terceiras e irmandades, que atuam nas áreas da Saúde, da Educação e de serviços funerários até 1850, quando esses passam a ser exclusivos da Misericórdia; eram estruturadas segundo afinidades econômicas, ocupacionais ou de cor, e de modo geral ligadas a comerciantes e seus dependentes.

Os mais bem-sucedidos vinculavam-se às ordens mais tradicionais, como a Venerável Ordem Terceira de São Francisco e a Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo, que mantinham os principais hospitais da cidade. As ordens eram organizadas segundo uma hierarquia de cargos que espelhava o prestígio social e econômico de seus membros e lhes conferiam visibilidade social, e eram sustentadas pela contribuição dos irmãos e aluguéis de propriedades urbanas. Nos anos 1840, Bernardo e Elídia ingressariam nessas duas ordens, onde alcançariam uma paulatina ascensão de cargos, assinalada no prestigioso anuário *Almanak Laemmert*. Eles participariam de outras ordens e irmandades (4), dentre as quais se dedicaram especialmente à de devoção dos negociantes, a Irmandade Nossa Senhora da

Lapa dos Mercadores, situada na rua do Ouvidor, vizinha à loja de Bernardo, da qual se tornariam protetores a partir de 1859.

Os registros do *Almanak Laemmert* assinalam também a ascensão de Bernardo em sua carreira comercial: ele é identificado, sucessivamente, como proprietário de loja de fazendas, em 1847; de armazém de fazendas por atacado, em 1848, e como negociante, em 1849. Tanto a loja e o armazém de Bernardo como a loja de roupas feitas de seu cunhado José e o consultório do Dr. Cândido eram situados nas cercanias da Praça do Mercado, onde se reuniam, em grande alvoroço, mercadores, comerciantes de secos e molhados e atacadistas.

Nesse período, o cunhado Dr. Cândido foi eleito vereador para o exercício de 1848 a 1851, tendo assumido a Presidência da Câmara Municipal, por morte do titular, em 1850. A este primeiro cargo político se seguiriam o de deputado estadual, de 1853 a 1856, e o de senador, de 1857 a 1872.

No início do Segundo Reinado, Bernardo é um comerciante português promissor no ramo de tecidos, e bem situado nos requisitos da sociedade patriarcal brasileira, na qual as oportunidades de negócio dependiam não somente das habilidades do comerciante, mas também de uma articulada rede de relações afetivas, familiares e de negócio.

## Os negócios do tráfico e de tecidos

Pode-se supor que o sucesso comercial de Bernardo, na década de 1840, estivesse relacionado a uma parceria com a empresa atacadista Amaral & Basto, exemplo de atuação interligada do tráfico negreiro com o comércio de tecidos, em vista dos futuros elos de compadrio e casamento de Bernardo com os Amaral, família de um dos sócios. Criada em 1846 pelos portugueses José Maria do Amaral e José Antônio de Sousa Basto a partir de tradicional negócio herdado do sogro de ambos, Amorim & Cia, situada na rua Direita, 28, e dedicada ao comércio de tecidos, a Amaral & Basto é considerada a terceira mais importante empresa no tráfico de escravos, inclusive com representação em Luanda (FERREIRA, 1996, p. 33).

O comércio de tecidos estava intrinsecamente integrado à rota do tráfico; os traficantes contavam com o crédito fácil das fábricas inglesas, cujos fardos serviam de lastro aos navios negreiros e eram negociados na África, onde abarrotavam “os armazéns da alfândega de Luanda, onde só encontravam 20% de consumo ou eram permutados por porções mesquinhas de goma copal ou urzela, os produtos do comércio lícito angolano” (FERREIRA, 1995, p. 106).

Com as mercadorias adquiridas, os grandes comerciantes operavam em *joint-stocks*, reunindo pequenos investidores para participarem da expedição à África. Esses compravam a crédito as mercadorias a serem negociadas com juros de 1%, arcavam com os custos de frete de ida e da volta e do seguro do navio, e tinham que manter o compromisso com a dívida mesmo no caso de fracasso da expedição (FERREIRA, 1996, p. 168).

Ainda na década de 1840, o tráfico não era somente tolerado, mas considerado um meio imprescindível para assegurar a mão de obra da lavoura. Essa situação começou a modificar-se a partir de 1845, com a promulgação da Bill Aberdeen, que autorizava o governo inglês a julgar os navios brasileiros como piratas, em tribunais ingleses, onde quer que fossem capturados. A atividade ilícita envolvia uma rede de agentes, desde os mercadores de escravos, a proprietários dos pequenos barcos costeiros e suas tripulações, que atuavam no desembarque para a terra firme, “guardas e comerciantes que conduziam ao interior; e (...) até mesmo os professores de português, cuja tarefa era fazer com que os africanos recém-chegados falassem como veteranos residentes no império” (CONRAD, 1985, p. 119).

A ameaça inglesa rompe, porém, com “a aliança tácita entre traficantes, autoridades do Império e senhores para manter o tráfico em nome da manutenção da agricultura escravista, aliança agora rechaçada, em razão da soberania ameaçada pelas agressões britânicas” (RODRIGUES, 2000, p. 116), transformando a imagem social dos traficantes, que culminou na equiparação entre tráfico e pirataria. Nesse processo, os traficantes, antes comerciantes ricos e influentes, passam a ser considerados piratas vorazes e indignos de permanecerem no país. Apesar das crescentes dificuldades provocadas pela perseguição britânica, os traficantes tentaram manter o comércio, lançando uma série de artifícios, contando com seus recursos e prestígio e a cumplicidade de autoridades policiais e judiciárias.

Com a repressão ao tráfico, um dos sócios, José Antônio de Souza Basto, como outros tantos portugueses comerciantes no período(5), voltou para Portugal, em 1850, estabelecendo-se no Porto, onde ocupou a Presidência da Câmara, dedicou-se à administração da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos, e nobilitou-se com o título de visconde e conde da Trindade. Como residência, reformou e se instalou em um imponente palacete do século XVIII, que pertencera ao visconde de Balsemão, onde esculpiu o brasão de suas armas. Contudo, a razão social Amaral & Basto seria mantida até 1859, sendo substituída pela Amaral, Bernardes & Cia. José Maria do Amaral permaneceria no ramo atacadista de fazendas, se tornaria comendador, e se instalaria em vistosa chácara, em Laranjeiras.

## **A consolidação do Estado e dos negócios**

Com a Maioridade, em 1840, após um breve período de domínio dos liberais, os conservadores retomaram o poder e deram início à consolidação do Estado jurídico, que teve início com a reforma do Código de Processo Criminal, centralizando o controle da estrutura administrativa e jurídica do Império. Em 1844, foi estabelecida nova legislação aduaneira, a Tarifa Alves Branco, mas seria em 1850 que seriam enfim promulgadas medidas decisivas para dar uma nova dinâmica ao Império: a lei Eusébio de Queiroz, que promove o fim do tráfico negreiro – com o conseqüente aumento de capital comercial a ser reinvestido



internamente –, a promulgação da Lei da Terra e a introdução do Código Comercial, que permitiu a constituição das sociedades anônimas.

Com a redefinição do pacto político que construiria o Segundo Reinado, os homens de negócio se reaproximaram dos proprietários de terra, agora enriquecidos com a valorização do café, formando um novo bloco de poder. Dentre as antigas reivindicações está a de código para o comércio, que seria promulgado em 1850, após uma tramitação de mais de 15 anos. Os regulamentos desse código, os decretos 737 e 738, de 25/11/1850, foram ultimados por comissão composta por ministros e juristas, tendo Irineu Evangelista de Souza como representante dos comerciantes.

A adoção do Código Comercial regulamentou as relações comerciais entre pessoas, que envolviam bens, efeitos, obrigações ou convenções celebradas por meio de normas que presidiram essas relações, além de estabelecer a exigência, para o exercício da atividade, de matrícula nos Tribunais do Comércio. Embora continuassem interessados principalmente na exportação e importação, os empresários comerciais aplicaram maior volume de capital na fundação de bancos de desconto e depósito, fato notável no período de 1850 a 1860, e que teve como marco a criação do “Banco do Brasil de Mauá”, em 1851(6).

Outro aspecto digno de nota do desenvolvimento ocorrido nesse período foram os investimentos realizados em companhias de construção e as aplicações em imóveis urbanos, como observa Joaquim Nabuco ao comentar os efeitos da proibição do tráfico: “Grande parte do mesmo capital realizado foi empregada na edificação do Rio de Janeiro e da Bahia, mas o restante foi exportado para Portugal”(NABUCO, s.d.).

## **O capitalista barão e a casa**

Bernardo fez um bom negócio ao comprar, em 1849, as benfeitorias na freguesia da Lagoa; o terreno tinha dimensões generosas, era beneficiado pela brisa da baía de Botafogo, situada a poucos metros de distância, servido de fonte de água própria, além de contar com um suave aclave que insinuava a instalação de uma sobranceira residência, com frente voltada para a rua principal, e com fundos para a travessa da Viscondessa, futura rua Assunção.

A propriedade era foreira ao conselheiro José Bernardo de Figueiredo, cujas terras tinham início na rua São Clemente e se estendiam até a rua Olinda, assim denominada em homenagem ao seu genro, o então visconde de Olinda, e que iriam ser cortadas na década seguinte por novas artérias – a rua Bambina e a travessa Figueiredo.

A transferência atendia também a cuidados com a saúde da família. Ainda que não se saiba a causa da morte do pequeno José, em 1848, pode-se supor que a perda do primogênito tenha motivado Bernardo a afastar a família para longe do Centro da cidade, onde as febres se alastravam, instalando-a em uma região que atendessem aos preceitos higienistas de bons ares, como Botafogo.

Esse deslocamento de Bernardo do Centro para Botafogo implicaria o abandono da frugalidade de hábitos e os valores do mundo mercantil onde havia sido criado e conquistado sua base econômica. Na nova ordem burguesa, na qual se firmaria como “capitalista” e se nobilitaria como barão da Lagoa, a vida social implicaria um novo mundanismo em meio à elite, permeado por etiquetas e regras de bom gosto, como frequência a teatros, passeios, regatas, jantares e saraus, além da convivência nas diretorias e conselhos de bancos e empresas privadas. E a casa que mandaria construir deveria expressar seu poder econômico e seus novos modos e rotinas de convivência, baseados na higiene, conforto e sociabilidade.

Menos de um ano após a compra das benfeitorias do lote, Bernardo inaugurou sua nova residência, cercada por jardim e com quintal aos fundos, onde se estendia um grande parreiral sob pérgula de ferro. O edifício era um sobrado parcial e porão, com partido em forma de U, com telhado em platibanda e fachada com predominância horizontal, quebrada pelo corpo central elevado, e decorada com elementos neoclássicos como pilastras de fuste canelado e capitel ornado, frontão triangular e arquitrave trabalhada –, onde mandou lavrar o ano de 1850. Há especial atenção para a aeração e a iluminação: a fachada do primeiro pavimento tinha nove vãos, entre janelas e portas, e, no segundo, três janelas de sacadas, todos com portadas de cantaria de volta perfeita; oito janelas de peitoril de cada lado e outras janelas e portas nos fundos do primeiro e segundo pavimento, com portadas de cantaria de verga direita. Ao centro do edifício, uma claraboia deixava entrar luz e escapar o ar quente e viciado.

Com teto de estuque e forro de pinho, o interior era distribuído segundo um eixo central em áreas social, privada e de serviços, sendo o térreo ocupado pelas áreas sociais – sala de visita, de piano, escritório e sala de jantar, que se abria para um pequeno jardim –, e áreas domésticas, como capela, quartos de parentas, de serviços domésticos e copa; o andar superior era reservado para os quartos do casal e filhas, e na área externa, cavalaria, cocheira e senzala, com os serviços de cozinha e lavagem instalados sob telheiros, além de banheiro e galinheiro.

Em 1853, o sócio Antônio Lira da Silva, Capitolina e filhos instalam-se no terreno vizinho, na rua São Clemente 68, e integram suas rotinas familiares. A casa da São Clemente, 66, foi o centro de generosos almoços dominicais, festivas comemorações pelo casamento, aniversário ou batizado de entes queridos, bem como de tradicionais festejos bucólicos, como as festas juninas, que se estenderiam pelos jardins.

Na década de 1860, a casa foi ampliada com a construção de outro bloco assobradado, ligado ao primeiro por um passadiço, para melhor isolar e acomodar os serviços domésticos, em especial o trânsito e guarda dos coches, no térreo, e a passagem dos alimentos da cozinha para as salas de refeição, no primeiro pavimento, para receber os convidados com mais conforto.

Pouco antes, em 1851, Bernardo, aos 38 anos, havia sido admitido no Tribunal do Comércio da Corte(7), que exigia altos padrões de contabilidade e escrituração, confirmando

sua integração junto à elite mercantil (CYPRIANO, 2008). Ele prosseguiu na expansão de seus investimentos seguindo as possibilidades oferecidas pelo novo cenário econômico, ou seja, na aplicação em ações de bancos, seguradoras e serviços e na compra de imóveis urbanos. O primeiro segmento era diversificado e de risco, refletindo a nova dinâmica econômica da sociedade brasileira, enquanto o segundo era tradicional e de pouco risco, reflexo da expansão urbana.

Bernardo aderiu a vários empreendimentos da grande liderança empresarial de sua geração, Irineu Evangelista de Souza, o futuro barão de Mauá. Como já comentado, as coincidências biográficas entre Bernardo e Irineu – ambos nascidos em 1813, caixeiros na juventude, membros da Associação Comercial na maturidade e comerciantes de fazenda por atacado, matriculados no Tribunal do Comércio –, permite supor uma antiga camaradagem. Bernardo estaria entre os distintos acionistas fundadores do “Banco do Brasil de Mauá”, em 1851. Participou, com seu cunhado Cândido, do grupo de políticos, banqueiros e comerciantes que, em 1852, fundaram a Imperial Cia. de Navegação a Vapor e a Estrada de Ferro Petrópolis, cujo sucesso do primeiro trecho valeu o título de barão de Mauá a Irineu. Bernardo esteve, em 1855, assim como a Amaral & Basto, entre os sócios comanditários(8) da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., estabelecida em 26 de julho de 1854 e liquidada em 1866. Seria ainda acionista de vários outros bancos e companhias, como o Banco Industrial e Mercantil, a Companhia do Gaz, a Amazon Navigation Steam Company, a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, a Companhia de Carris de Ferro Fluminense, e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre outros.

Bernardo não deixou de realizar aplicações em propriedades urbanas, voltadas para aluguel. Os imóveis podem ser agrupados em dois conjuntos, um localizado no centro da cidade, com quatro prédios comerciais (prédio à rua Primeiro de Março, nº 2, com Beco dos Barbeiros, prédio à rua Primeiro de Março, nº 105, prédio à rua do Mercado, nº 39, e prédio à rua do Ouvidor, nº 11), e outro em Botafogo, com nove prédios residenciais (quatro prédios à rua Bambina, nºs 46 a 52, quatro chalés à rua Bambina, nº 7 a 13, prédio grande com terreno no fundo à rua Bambina, nº 15) e terreno à rua Assunção, com 20 braças de frente.

Segundo sua formação tradicional, o reconhecimento do êxito econômico e social de Bernardo só se completaria, contudo, com a obtenção de títulos honoríficos. Durante o reinado de D. Pedro II, que desprezava os cerimoniais e formalidades, a obtenção de títulos, mesmo que não conferisse poder político ao agraciado, ainda “significava a chancela com a mesma prova de reconhecimento público que recaía sobre os grandes próceres do país” (BARMAN, 1973, p. 13). Ao contrário de Portugal, os títulos no Brasil não podiam ser comprados, mas poderiam ser obtidos mediante grandes doações a obras beneficentes. O grupo de agraciados era formado por políticos, grandes fazendeiros com liderança nas províncias, e os “financistas, banqueiros e comerciantes do Rio de Janeiro” (BARMAN 1973,

p. 14), além de médicos, professores e escritores, membros do corpo diplomático, militares e viúvas de homens eminentes. Nas últimas décadas do Império, o sistema entraria em declínio, chegando a ser recusado por monarquistas como Joaquim Nabuco e Antônio da Silva Prado.

Em 1868, Bernardo recebeu sua primeira comenda, a da Ordem de Cristo, de D. Pedro II, por sua participação em iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro (antiga Praça do Comércio), de criação da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, conduzida pelo seu presidente, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, futuro visconde de Tocantins, irmão do duque de Caxias. O asilo era destinado a abrigar os militares inválidos ou soldados envelhecidos sem meios de subsistência, além de amparar os seus dependentes, e foi inaugurado em 29 de julho de 1868, com a presença da família real, autoridades e o corpo comercial, com grande repercussão na imprensa.

Será em Portugal, no entanto, que Bernardo obteria, em 1870, o título de barão da Lagoa, concedido por D. Luís I, também reconhecido no Brasil, por ter concorrido “para obras de beneficência e caridade em Portugal, associando-se dedicadamente aos seus antigos compatriotas residentes no Império do Brasil”(9). A nobilitação correspondeu tanto a antiga aspiração de Bernardo como atendeu às expectativas de seus genros, atuantes comerciantes da Colônia portuguesa, Antônio do Amaral, marido de Carolina, e de Manuel Ferreira de Azevedo Jr., casado com Elídia. Se o baronato seria compartilhado com Antônio, com o acréscimo de uma segunda vida ao título, sua concessão foi consequência da participação do sogro em arregimentar apoios e recursos para os empreendimentos de Manuel, em Portugal.

Carolina havia se casado, aos 18 anos, em 1859, com Antônio do Amaral, o filho mais velho e sócio do comendador português, José Maria do Amaral, da Amaral & Basto, então com 24 anos; dessa união, nasceriam dez filhos, quatro meninas e seis meninos. O casamento consolidara os laços e afinidades comerciais e afetivos das famílias, já reforçados com o apadrinhamento, no ano anterior, do caçula dos Amaral, Henrique, pelos Freitas.

Elídia casara-se, aos 23 anos, em 1865, com Manuel Ferreira de Azevedo Jr., comerciante do ramo de importação e exportação, nascido em 1820, originário de influente família da freguesia de Vacaíça, bispado de Coimbra, com quem teria uma única filha, Alice, nascida em 1869. O casal se estabelecera na Mealhada, na região natal do marido, onde construíram uma casa térrea revestida com azulejo – com seis janelas, encimada com platibanda e um pequeno frontão –, considerada um dos mais destacados palacetes da cidade. Manuel participara ativamente de ações de promoção da região e da Sociedade para Melhoramento dos Banhos de Luso, que tornaria a cidade um importante centro termal (CARVALHO, 1997). Dentre suas iniciativas, organizara, em 1867, uma festiva recepção para D. Leopoldina e o duque de Saxe e sua comitiva(10) que, em viagem entre Porto e Lisboa, visitaram a região. Manuel foi consagrado barão de Luso em 1870, em reconhecimento às suas ações

beneméritas; sua atuação, contudo, seria precocemente interrompida com sua morte em 1872; o seu monumento tumular na Mealhada é uma homenagem de sua esposa e do sogro.

A década de 1870 trouxe outras grandes perdas e mudanças para Bernardo. Em 1872, morreu Cândido Borges Monteiro, então ministro da Agricultura e do Comércio e, em 1875, o antigo companheiro, barão de Mauá, pede moratória. A 23 de julho de 1877, aos 58 anos, faleceu Elídia; adoentada, ela havia, ainda em maio, preparado seu testamento, na presença do compadre comendador José do Amaral e José Mendes de Oliveira Castro, o futuro barão de Oliveira Castro. No inventário, os bens do casal, compostos por imóveis, ações e dívidas, foram avaliados em 1:102:780\$000 (um conto e cento e dois mil, setecentos e oitenta réis). Ela foi enterrada no túmulo da família no Cemitério da Ordem Terceira do Carmo.

Ainda naquele ano, morreu Antônio Lyra da Silva, seu sócio e cunhado, deixando viúva Capitolina e dois filhos também comerciantes. Antônio fora seu leal companheiro de negócios por décadas, e tomara a frente do negócio de tecidos quando Bernardo se voltara para os investimentos em ações e novos empreendimentos.

Em seguida, o barão pôs à venda a posse do prédio e chácara da São Clemente, que não constaram do inventário, e que seriam adquiridas por 60 contos de réis a 10 de janeiro de 1879, pelo comerciante português Albino de Oliveira Guimarães, cunhado de José Mendes de Oliveira Castro, companheiro de Bernardo na Associação Comercial. A propriedade deveria estar um pouco depreciada, tanto que, mesmo antes de firmar a escritura definitiva, Albino havia promovido obras no edifício e no jardim que alterariam bastante sua feição original(11).

Bernardo foi ocupar modesto sobrado na vizinha rua Assunção 73, com térreo dividido em sala, quarto, cozinha e corredor, e o pavimento superior, em sala e três quartos(12).

Em 1889, morreu a irmã Capitolina. No ano seguinte, Bernardo realizou o que talvez tenha sido seu último empreendimento, ao participar do grupo de 28 cotistas que comprou o *Jornal do Commercio*. Ainda em 1890, ele preparou seu testamento, quando indica os dotes de cada filha, distribui a terça entre os netos, recomenda a celebração de “cinco missas por sua alma, de sua esposa e de suas irmãs Maria e Capitolina”, pede que as diferentes Ordens e Irmandades das quais é irmão realizem sufrágios. No inventário, seus bens seriam estimados em 717:963\$210 (setecentos e dezessete mil novecentos e sessenta e três réis e duzentos e 10 cêntimos), formado por dez imóveis, ações de 37 companhias e dinheiro(13).

Já na República, em 1893, ao escrever ao barão de Oliveira Castro, então exilado na França, sobre negócios que haviam realizado em conjunto, Bernardo comentou sobre seu precário estado de saúde, “quase me sendo preciso o amparo de um bastão para animar os passos”(14). E critica o sócio comum, que “nas ocasiões de felicidade foi sempre pronto em embolsar lucros”, mas que no momento não estava honrando antigo compromisso, “com evasivas banais menos próprias de um cavalheiro!”(15).

Bernardo Casimiro de Freitas faleceu a 7 de dezembro de 1894, de síncope cardíaca, teve enterro concorrido, e foi sepultado no túmulo da família. Parentes ofereceram missas em sua memória, e o *Jornal do Commercio* lhe dedicou uma nota de falecimento. O jornal comenta sobre a bem-sucedida carreira comercial, onde “gozou do maior conceito e consideração tendo dado sempre as maiores provas da muita compreensão dos seus deveres, pelo que mereceu a maior confiança a quantos com ele tratarão”. Ele teria se distinguido no serviço de ordens terceiras e irmandades, sendo que a “reconstrução da Igreja da Lapa dos Mercadores, de cuja Irmandade fora chefe, deveu-se em grande parte aos seus esforços, e na Venerável Ordem Terceira do Carmo seu nome figura entre os seus beneméritos”. O jornal finaliza destacando suas qualidades pessoais: “Era um cavalheiro delicado e atencioso e na nossa sociedade, muito estimado e benquisto”(16).



Fachada do Museu Casa de Rui Barbosa



Museu Casa de Rui Barbosa

## Notas

1) As informações sobre a família Casimiro de Freitas foram obtidas no Arquivo Distrital do Porto, com a colaboração de Manuel Tavares Teles.

2) O caixeiro foi tema não só da conhecida comédia “O caixeiro da taverna”, de Martins Pena; houve outras seis peças registradas no Conservatório Dramático Brasileiro, entre 1852 e 1857, tendo o caixeiro como personagem central.

3) Maria, nascida em 29/12/1799, e Capitolina Casemira de Freitas, nascida em 14/11/1811 em São Nicolau do Porto, e que viera para o Brasil em 1837.

4) Em 1877, em seu testamento, Elídia declararia ser irmã terceira da “Venerável Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmo, de São Francisco da Penitência, Nossa Senhora da Conceição, Lapa dos Mercadores, Santa Luzia e mais diversas Ordens e Irmandades a quem

meu marido dará notícia do meu falecimento para que elas me façam os sufrágios que me pertencem”.

5) A repressão ao tráfico, a partir de 1850, levou muitos traficantes a retornarem a Portugal, o que implicou a entrada de “milhões de libras entre 1851 e 1852. Mais da metade da dívida pública do Estado português” (FERREIRA, 1996, p. 163).

6) Os negociantes da Praça de Comércio do Rio de Janeiro organizaram três bancos comerciais que, juntamente com o terceiro Banco do Brasil, constituíram-se nas principais fontes de crédito para o comércio do Rio de Janeiro: o Banco Mauá MacGergor & Cia., o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e o Banco Comercial e Agrícola.

7) MATRÍCULAS de comerciantes. Mss. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo: Série Indústria e comércio/Comércio: Junta e Tribunal. Código: 9X.

8) A sociedade comercial era estabelecida em duas categorias de sócios, o sócio-gerente, solidário com todas as obrigações da empresa, e os comanditários, que participam apenas com o capital (GUIMARAES, 2007).

9) D. LUIZ I . *Registro Geral das Mercês*. 1870. Livro 23, f. 158v e 159. Acervo da Torre do Tombo.

10) O tio-padrinho de Elídia, o então senador Cândido Borges Monteiro, médico da princesa, integrava a comitiva, assim como alguns capitalistas brasileiros. O convite aos príncipes deve ter visado apoio para os projetos do centro termal.

11) CERTIDÃO da escritura às f. 29 e 28v, livro nº 242, 2º. Ofício de Notas. 6f. Arquivo Nacional. Seção do Poder Judiciário, 3/11/1961. Acervo do Arquivo Histórico e Institucional (FCRB).

12) O sobrado era situado em terreno com 30,51m cumprimento por 8,75m de largura.

13) Inventário de Bernardo Casemiro de Freitas – barão da Lagoa. 1895. Acervo do Arquivo da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

14) FREITAS, Bernardo Casimiro de. *Carta ao barão de Oliveira Castro*. Rio de Janeiro, 12 jun. 1893.

Coleção Lúcia Sanson.

15) Idem.

16) JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro 21 ago., 1894.

## Referências bibliográficas

- AMARAL, Roquinaldo do. “Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860.” In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*, por S. Pantoja e J. F. S. (Orgs.) Saraiva. Rio de Janeiro: BetrandBrasil, 1999.
- BARMAN, Roderick J. “Uma nobreza no Novo Mundo: a função dos títulos no Brasil Imperial.” *Mensário do Arquivo Nacional*, 1973: 4-21.
- BELTRÃO, Heitor. “O civismo da Praça no século de labor.” In: *Aspectos coligidos a propósito do Centenário a Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1935.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, Antonio Breda. *Mealhada, a escrita do tempo*. Mealhada: ed. autor, 1997.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros - o tráfico dos escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 - 1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CYPRIANO, Paula Leitão. “Imigração, negócios e poder: promoção social e projeção política dos imigrantes portugueses na sociedade carioca 1850-1870.” *Encontro ANPUH 2008*. Rio de Janeiro, 2008.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. São Paulo: Editora da USP : Livraria Itatiaia Editora, 1980.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*. Dissertação de mestrado para o curso de História UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.
- FERREIRA, Roquinaldo. “O Significado e os Métodos do Tráfico Ilegal de Africanos na Costa Ocidental da África, 1830-1860.” *Caderno Liphis 2*, 1995: 106.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João, e MARTINS, Maria Fernanda Vieira. "Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão 1850 - 1880". In: FLORENTINO, Manolo Garcia e MACHADO, Cacilda (orgs.) *Ensaio sobre a escravidão*, 143-164. Belo Horizonte: UFMG, p. 143-164, 2003.

GUIMARAES, Carlos Gabriel. "Os negociantes da Praça do Comércio do Rio de Janeiro de meados do século XIX: estudo do grupo mercantil do Barão de Mauá e sua relação com o Império do Brasil." *População e sociedade*, 2008: 291-312.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro." *HEERA- Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, 2(1), p. 127-153, 2007.

LATIF, Miran de Barros. *Uma cidade no trópico - São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

MARTINHO, Lenira Menezes. "Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento." In: *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, por MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1994.

MULLER, Elisa. "A organização sociocomunitária portuguesa." In: *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*, por Carlos Lessa (org.), Rio de Janeiro: Record, p. 301-331, 2002.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 2010. Disponível em [HTTP://www.culturabrasil.org](http://www.culturabrasil.org). Acessado em 15/04/2011.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flavio Sombra (orgs.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999. 256p.

PENA, Martins. *O caixeiro da taverna*. Site Biblioteca de Peças Digitais. Disponível em <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00190> 2009. Acessado em 15/04/2011.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. "Os simples comissários" (*negociantes e política no Brasil império*). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2002.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *As Classes Sociais na Construção do Império do Brasil*. In MENDONÇA, Sonia R. (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. 1 ed. Niterói: EdUFF/FAPERJ, p. 71-85, 2006.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, Faperj, 2002.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil 1800-1850*. Campinas: Editora da Unicamp, Cectl, 2000.

ROEDEL, Hiran. "Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro." In: *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, por Carlos Lessa (org.). Rio de Janeiro: Editora Record, p. 117-143, 2002.

SANTOS, Sergio Roberto Lordello dos. *Expansão urbana e estruturação de bairros do Rio de Janeiro – o caso Botafogo*. Tese submetida Coppe-UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

(Recebido para publicação em 8/08/2011)